

# Dependência e cidadania no Brasil: uma relação a ser discutida a partir das matrizes culturais religiosas brasileiras

Dependence and citizenship in Brazil: a relationship to be discussed with basis on Brazilian religious cultural patterns

Rodrigo Portella\*

## Resumo

O presente artigo visa discutir criticamente a relação entre dependência política e cidadania no Brasil, com o enriquecimento de questionamentos e dados referentes à cultura religiosa e política brasileira. Na discussão sobre cidadania e dependência no Brasil, que abaixo desenvolvo, busco, nas figuras dos “mitos fundadores” da nação, a exegese do atrofiamento da cidadania do povo brasileiro. Tais mitos fundadores teriam um caráter “antropológico de solução imaginária para tensões, conflitos e contradições” (CASTRO, 2003, p. 57). É a solução de problemas e conflitos que remete às simbolizações do passado (como origem) que se faz presente, sob novos aspectos, para a resolução de problemas. Exponho quatro mitos básicos que influem na relação cidadania-dependência no Brasil: o mito da visão do paraíso; do providencialismo; da história messiânico-milenarista; e da graça de Deus. Em contraponto às matrizes de cunho religioso que dificultam a emancipação cidadã, abordo pistas para o exercício ativo e independente, ou co-dependente, da cidadania.

~~Palavras-chave:~~ Cidadania; Dependência; Emancipação; Cultura; Religiosidade.

## A matriz mítico-teocrática da política brasileira e as implicações para a constituição da esfera pública

O(s) mito(s) fundador(es) das nossas relações sociais têm matriz teológica. A mais evidente, embora reinterpretada na atualidade com outras “roupagens”, seria a de considerar o poder político como de “fonte divina”, fazendo do mesmo um poder “sagrado”. Embora possa ser esta uma idéia que pareça

\* Texto recebido em dezembro/2006 e aprovado para publicação em dezembro/2006.

\* Mestre em Ciências da Religião (Umesp-SP) e doutorando em Ciências Sociais da Religião (UFJF-MG). e-mail: rodrigo@portella.com.br

hoje distante de muitos, principalmente das pessoas de cultura ilustrada ou de cidadãos urbanos, esta concepção dormita, de forma rearticulada e retraduzida, no inconsciente de muitos. Esta concepção, por certo, é herança colonial da concepção teológica medieval do elemento político “divino” nos reis,<sup>1</sup> presente em nosso território desde sua invasão pelos portugueses. O rei de Portugal era representante do papa e, portanto, representante de Deus nestas terras. Como afirma R. Azzi “o monarca português tinha um caráter religioso acentuado” (AZZI, 1978, p. 45). Construtores da ideologia colonial, como Antônio Vieira, pregavam: “Todos os reis são de Deus (...) o rei de Portugal é de Deus e feito por Deus e por isso mais propriamente seu” (HOORNAERT, 1991, p. 35). E isso ficou patente com o poder real do padroado. Ademais, tal poder sagrado era, de certa forma, estendido aos “donos” das capitâneas hereditárias no Brasil, já que eles eram, em solo brasileiro, os legítimos representantes do rei em vários níveis. E tais proprietários são os antecessores dos coronéis e senhores da República Velha, que ainda continua a existir, em sua lógica no dia-a-dia, em vários rincões deste país.

Segundo Chauí, tal matriz mítica se manifesta, ainda hoje, entre dominantes e dominados, da seguinte forma:

- 1) Dominantes: concepção de direito natural ao poder, ufanismo e desenvolvimentismo. O Brasil concebido como a “mãe gentil” e os governantes como “pais da pátria”;
- 2) Dominados: visão do governante como salvador; sacralização/satanização do político (embate milenarista) (CHAUÍ, 1998, p. 29-30).

A partir destas constatações, apresentamos, a seguir, quatro conceitos constitutivos desta matriz mítico-teocrática do poder no Brasil, que a desenvolvem.

## Visão do paraíso

Em fins da Idade Média e início da Renascença, particularmente (mas não só) entre os povos ibero e itálico (latinos e católicos), havia a idéia de que se poderia encontrar o paraíso perdido (ou vestígios dele), principalmente a partir das novas descobertas além-mar ou das viagens de negócios aos países orientais (asiáticos). Com o sustento teórico da literatura especulativa sobre o assunto produzida à época, navegadores, como Colombo, pensaram mesmo ter encontrado o paraíso perdido. Assim, Cristóvão Colombo, leitor da obra medieval *Imago mundi*, de Pierre d’Ailly, disse: “Estou convencido de que

aqui é o paraíso terrestre, onde ninguém pode chegar se não for por vontade divina” (TODOROV, 1999, p. 20).

Esta concepção mítica de que o Brasil seria, ao menos simbolicamente, o paraíso, faz-se presente em alguns símbolos da pátria. Assim, embora nossa independência fosse praticamente contemporânea ou próxima das revoluções liberais-burguesas (como a francesa) e da independência norte-americana, a bandeira tricolor da simbologia liberdade-igualdade-fraternidade não foi adotada, mas um estilo de bandeira em que, segundo Chauí, prevalece a idéia da natureza paradisíaca (verde das matas, amarelo do ouro, azul do céu). Ademais, a própria configuração geométrica da bandeira e o lema positivista “ordem e progresso”, mais tarde acrescentado a ela, mostrariam a idéia de perfeição (o paraíso seria o lugar da harmonia perfeita. A palavra “ordem”, por sua vez, daria o sentido de ausência de conflitos). Também o hino nacional engrandece a natureza e sua imensidão no Brasil.

Neste sentido e em conexão mais explicitamente religiosa é interessante notar que o Espiritismo Kardecista brasileiro tem, igualmente, certo ufanismo em relação ao Brasil. Muitos espíritas consideram o Brasil como o lugar onde o evangelho, em sua última e definitiva revelação (do “consolador prometido”) encontra solo fértil. Um país com um “destino manifesto” espiritual em relação ao mundo. Muitas obras espíritas afirmam, de um modo ou de outro, essa vocação brasileira. Talvez a mais famosa delas seja a de Chico Xavier, chamada **Brasil: coração do mundo, pátria do evangelho**. Tal ufanismo também se faz presente em algumas igrejas evangélicas que, interpretando a rápida expansão evangélica no Brasil e o grande número de missionários enviados a vários continentes (inclusive às matrizes européia e norte-americana), começam a conceber o Brasil como o lugar em que Deus designou para ser a ponta de lança da “nova evangelização” mundial (apesar dos combates que se travam, aqui, com a “idolatria” e com a “feitiçaria”, constituindo assim, também, uma imagem ambígua do país em relação a esta questão). São, ambas, imagens de um país especialmente abençoado, num paralelo com o “paraíso”.

Outra fonte hermenêutica do Brasil como paraíso são algumas falas comuns populares. É recorrente a fala que “somos um povo (e país) abençoado porque aqui não temos terremotos, maremotos, guerras, furacões etc.”, em contraposição ao Japão, Estados Unidos e Israel, por exemplo. A propaganda do regime militar brasileiro, por sua vez, reforçava um patriotismo alienado e acrítico, em slogans como “Ninguém segura este país” e “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Também há a concepção de “democracia étnica e racial”, ou seja, que muitos povos e raças convivem em harmonia aqui (tese de Gilberto Freyre).

Até mesmo entre muitos imigrantes alemães e italianos dos séculos XIX e XX, por exemplo, antes de embarcarem para o Brasil, havia a idéia de se ir a um “paraíso”. No século XIX, o Estado divulgava, entre os candidatos italianos a migrar para o Brasil, este país como “um dos países mais favorecidos pela natureza (...) e de admirável riqueza nos reinos vegetal, animal, mineral”, onde todos encontrariam “felicidade material e bem-estar moral” (*apud* MOURA, 2000, p. 246 *et seq.*).

De certa forma (guardadas as proporções) até hoje boa parte dos norte-americanos, conhecidos por sua ignorância geográfica/cultural em relação a outras terras, concebe o Brasil como uma imensa Amazônia, cujo povo é predominantemente indígena e vive “naturalmente” junto às florestas e aos animais selvagens. Mesmo entre os europeus a visão do Brasil como “paraíso” ganha força com a propaganda turística que o mostra como o país da alegria, do futebol, do carnaval, da dança, da liberdade total e despreocupada (inclusive fomentando o turismo sexual, pois, afinal, como se pensou no século XVI, “não existe pecado do lado de baixo do Equador”).

Chauí chama a atenção para o fato de que tais ideologias querem forjar a imagem do Brasil como sendo um país sem história e sem cultura. Isso é interessante, pois história e cultura são frutos de lutas, conflitos, embates dialéticos no campo das diferenças sociais, ideológicas e políticas. Um país amorfo, neste sentido, é um país da “harmonia” do consentimento e da falta de emancipação do povo em relação àqueles que o governam. Essa passividade e “quietismo” não geram história, mas uma suposta “harmonia paradisíaca”, desprovida de conflitos que geram história e cultura.

A ideologia mítica de que o Brasil seria o paraíso é, no entanto, a reprodução de uma ideologia das classes dominantes. Tal mito, diríamos, ora “pega”, ora não “pega” entre o povo. Afinal, teríamos que nos perguntar até que ponto tal visão mítica foi realmente introjetada entre os negros trazidos para cá, que viviam no “doce inferno do açúcar”,<sup>2</sup> como escravos nos canaviais e, mais tarde, nas minas e cidades. Ou entre os povos indígenas. E até que ponto o mito de paraíso harmonioso e ordeiro realmente se sustenta diante das várias revoluções e protestos populares ou não (mas que envolveram o povo) como a Balaiada, sabinada, praieira, das garrafadas, inconfidências, farrapos, entre outras. Pois embora tais movimentos tivessem os mais diferentes objetivos e as mais diferentes esferas regionais e particulares em suas ações, eles não deixam de ser sinais de que, em certos momentos e entre certos estratos do povo,

<sup>2</sup> O jesuíta Antonil constatava, no século XVIII, que “O Brasil é um inferno para os negros, purgatório para os brancos e paraíso para os mulatos”.

o conceito paradisíaco do Brasil como terra de um “contrato social” harmonioso não valeu.

## Providencialismo

Reportando-se a Santo Agostinho (em alguns de seus conceitos), Chauí ressalta que nossa história é, em muito, concebida como a concretização dos planos e vontades divinas. Ela estaria em um tempo redimido, portanto uno, onde passado e futuro se desvelam no presente. Hoje é o tempo de Deus. E o Brasil está nesse tempo de Deus, numa espécie de meta-história. Assim, no Brasil, a participação civil, em conquistas e direitos, seria desnecessária. Afinal, o tempo e a história, aqui, são de Deus, e Ele proverá. Dele é a responsabilidade. E isso se configura, por exemplo, no Nordeste, onde diante da falta de chuvas, do abandono do poder público e da fome e mortes prematuras, muitas pessoas, para justificar tais situações, usam expressões como “Deus quis assim”, “Se Deus quiser”, “é a vontade de Deus”, “Deus vai ajudar” etc. A providência de Deus resolverá. A história (como a cidadania) está em suas mãos.

## História messiânica milenarista

Recorrendo à teoria de Joaquim de Fiori (c. 1132-1202), que compartimentou a história em eras, a do Pai (Antigo Testamento), a do Filho (Novo Testamento) e a do Espírito Santo (dominada por uma nova ordem espiritual) (LOYN, 1990, p. 223), e considerou esta última como a era do fim, com os embates do juízo final e da instalação do reino de Cristo na Terra, Chauí vê tal ideologia arraigada na cultura brasileira e absorvida entre o povo nas concepções de embates entre o bem e o mal, ou entre forças divinas e anti-divinas, como em Canudos (onde a monarquia era vista como divina e a república associada ao anti-cristo) (DOBRORUKA, 1997, p. 158-165), ou no Contestado. Em todos esses movimentos destaca-se a figura do líder, concebido como enviado divino (messiânico) para concretizar um plano/vontade de Deus (milenarismo). Mesmo Antônio Vieira, ao exaltar o Rei de Portugal como tendo uma missão divina no colonizar/cristianizar o Brasil e expulsar os “hereges” holandeses, deixa transparecer tal ideologia. Também a figura de Dom Sebastião (sebastianismo) influenciou messianismos brasileiros, inclusive dando origem a movimentos cujos líderes eram considerados seus enviados (AZZI, 1978, p. 61) Ademais, seria preciso citar muitos “messias” – profetas da “Era

do Espírito” – no Brasil, como o Padre Cícero, Frei Damião e tantos outros que figuram como autoridades celestes orientadoras do povo e, tantas vezes, tuteladoras de sua autonomia cidadã. O messias, ou pré-messias, é o salvador da pátria, em quem se depositam as esperanças populares. É a quem delegamos nossa força, abrindo mão dela. Ele fará. Ele guia. Nele somos fortes.

## Graça de Deus

Este dado mítico-teológico de nossa política se alicerça, também, em Agostinho.<sup>3</sup> Segundo ele, por causa do pecado, o ser humano é privado de direitos, inclusive do poder. O poder está em Deus, que o concede a quem Ele quer. Deus concede poder a alguns que, dessa forma, o representam.<sup>4</sup> Ora, se Deus distribui, como favor, seu poder a quem quer, quem o tem também distribuirá seus favores, em seu exercício de poder, a quem ele quiser. Conforme Eduardo Hoornaert: “Como dar ao português a impressão que o Brasil era seu? (...) Para tal intento, os juristas ibéricos recorreram a antigos simbolismos feudais. Eles imaginaram que o mundo inteiro era um feudo cujo senhor supremo – representante de Deus – era o papa. Dessa forma inventou-se uma relação senhor-vassalo entre o papa e o rei, assim como entre o rei e os donatários que recebem as capitâneas e os senhores de engenho” (HOORNAERT, 1991, p. 67). Assim, o papa dava terras ao rei, o rei ao donatário, o donatário ao senhor de engenho. Esta relação de “favorecimento”, portanto, tem sua origem nas próprias elites dominantes na lógica medieval de vassalagem. Este modelo de governante, cujo poder emana de Deus, é considerado simultaneamente humano e divino, tendo dois corpos, o natural (humano) e o político (divino). Assim, as coisas (*res*) passam a ser, *a priori*, de domínio privado do governante como “corpo político-divino”. Sendo ele o dono (ou representante do “Dono Deus”), a coisa pública já não é pública. Sendo privada, ele a dá a quem quer, em forma de favor (clientelismo). Esse clientelismo, na base, é possível porque há, em nível maior, outro clientelismo, isto é, o das classes senhoriais e dominantes em sua relação com o poder público. Há um ciclo de reprodução de favores nos vários estratos sociais. Na obra clássica de Victor Nunes Leal, **Coronelismo, enxada e voto**, o coronelismo, por exemplo, é definido como sustentado por uma relação de compromisso de troca de benefícios entre o poder público e os senhores de terra (LEAL, 1993, p. 20). Assim,

<sup>3</sup> É interessante notar como os mitos fundantes de nossa história e as relações políticas e de cidadania (ou falta dela) se constroem em alicerces doutrinários, oficiais ou não, do cristianismo, bem ou mal interpretados e manipulados.

<sup>4</sup> A fonte dessa concepção também pode ser achada em Paulo, em Romanos, capítulo 13, v.1-7, por exemplo.

associa-se a questão da Graça de Deus com Graça (favores) dos governantes (representantes de Deus). E, para ter graças, é preciso ser amigo, obediente e leal. Nessa relação de favores, quem não tem acaba tendo uma relação servil com aquele que tem e pode dar. Isso, aliás, é muito comum nas relações políticas brasileiras. Quando um vereador ou deputado cria algum projeto para pavimentar uma rua, colocar rede de esgotos ou iluminação pública em um bairro ou cidade, tal gesto é considerado, por muitas comunidades, como um favor, uma “ajuda”, e não como uma obrigação do poder público. Inclusive o político faz questão de colocar cartazes dizendo que “ele fez” tal obra pela comunidade (confusão dos planos público e pessoal). Tal favor deverá ser retribuído nas eleições seguintes, em forma de voto.

## Raízes míticas da dependência hoje

Conforme colocamos acima, temos algumas raízes histórico-míticas de dependência, todas remetendo à passividade: “Visão do paraíso” se associa à “passividade harmônica”; “messianismo milenarista”, à esperança e luta alienada, ou seja, a partir de um líder de aura divina. Neste caso também não há emancipação cidadã, mas discipulado religioso; “providencialismo”: “cidadania” “caída do céu”; “graça de Deus”: “cidadania” como favor. Vejo nessa relação de favor um pouco da origem do “jeitinho brasileiro”, isto é, de se conseguir extra-oficialmente algo através de conchavos que driblam a oficialidade a partir de “amigos poderosos” ou “pessoas influentes”. Em uma palavra, o tradicional conceito de “malandragem” brasileira. Nessa relação hierárquica também se encontra a “carteirada” para se burlar o oficial, além da arbitrariedade de autoridade do famoso “sabe com quem você está falando?”. Nesses últimos dois casos está embutida a dificuldade das elites em lidar com a “igualdade” social que a cidadania pressupõe. Como constata DaMatta, “as classes média e alta do Brasil têm verdadeira aversão a tudo que a faça sentir-se como pessoa comum” (DA MATTA, 1986, p. 103).

A isso tudo se dá o nome de “populismo”, em que o governante tem relação direta e clientelista com o governado, olvidando a questão das mediações políticas. Ele é a política, por assim dizer. É o conceito de “pai do povo ou dos pobres”, que teve sua cristalização em nível nacional com Getúlio Vargas. O populismo cria tutela, uma cidadania tutelada, dependente. A infância do cidadão.

O populismo costuma ser carismático, personificando o poder. A pessoa que o exerce é identificada com o poder. Uma encarnação do poder. Na demo-

cracia, por sua vez, o poder não se confunde com pessoas, mas flui em estruturas institucionais, constitucionais.

Tal populismo é autoritário. E esse autoritarismo político se reproduz em várias instâncias sociais, como família, trabalho, hospital, escola etc.<sup>5</sup>

Conforme classifica esquematicamente Chauí (CHAUÍ, 1998, p. 19-21), populismo é:

- 1) poder que se realiza sem mediações políticas, numa relação direta governante/governado;
- 2) governante que se apresenta fora do social transcendendo (superior) a ele, mas nele operando (transcendência/imanência);
- 3) carisma que incorpora o poder;
- 4) poder autocrático e autoritário, exercido a partir da auto-referencialidade;
- 5) poder exercido como tutela e favor. Neste caso, o governante, além do poder, “tem o saber sobre o social e a lei”, privando os governados deste conhecimento e podendo, assim, governá-los. É o típico caso brasileiro do “doutor”. O convencimento de que se tem o monopólio do saber e do acesso a ele perpetua as relações desiguais e trava a emancipação cidadã.

Esta configuração simbólico-real não favorece e mina o surgimento de instituições realmente democráticas. A relação é alimentada pelo binômio “carência absoluta/privilégio absoluto”. E o privilégio absoluto, por sua vez, se mantém e existe por causa e em função da carência absoluta.

Não há a *polis*, o espaço plural de discussão e decisões. A elite usa o Estado como um meio para satisfazer seus interesses, privatizando-o. Neste caso, o público se torna privado de alguns e, sem o público, se desfazem mediações políticas e sociais representativas de todos que sejam eficientes. Em tal regime clientelista-autoritário não se dá a cidadania, mas a tutela e a infância civil.

## Por uma cidadania ativa e emancipada

Cidadania é o contrário de tutela. É o fazer-se sujeito, individualmente e coletivamente, no fazer história. Mas, para tal possibilidade, é necessário um Estado de Direito que reconheça a igualdade das pessoas diante da lei. É a

<sup>5</sup> Uma pessoa tutelada não costuma repensar e questionar as estruturas em que se encontra, mas a reproduz, em escalas menores (núcleo familiar, por exemplo) já que só conhece tal relação de poder e convívio e, portanto, tende a considerá-la a única e legítima.

visão do bem comum, exercida ativamente nas relações dos sujeitos consigo e com a comunidade maior. Assim Pedro Demo busca definir “cidadania emancipada”, contrapondo-a às “cidadanias assistida e tutelada”.

Como já vimos, a cidadania tutelada é mantida por uma ação paternalista e domesticante. Ela é dádiva, concessão, não conquista. Assim, gera a alienação.<sup>6</sup>

Já na “cidadania assistida”, há alguma noção e exercício de direito. É onde o Estado provê o básico ao povo. Nesse modelo, as pessoas se acomodam e transferem seu exercício político emancipado ao Estado, trocando-o pela promessa de “segurança” oficial. Assim, não participa ativamente das relações sociais e produtivas. Apenas recebem. Resquício do providencialismo?

O cidadão emancipado, porém, é fruto do processo constante de conscientização. Essa conscientização (termo largamente usado pelos movimentos políticos e eclesiásticos de esquerda entre as décadas de 1960 e 1980) é o tornar-se consciente dos mecanismos sociais, políticos e econômicos que regem a sociedade e influem na vida pessoal e coletiva de cada pessoa. É também, a partir disso, ter consciência do papel que se tem e que se pode ter em tais engrenagens da sociedade, ou seja, se fazer consciente da fraqueza ou força que uma atitude passiva ou ativa pode representar para a estagnação ou mudança da sociedade. É, em outra instância e relacionada às já citadas, tomar consciência de classe e das diferenças de interesses e motivações de ações entre as diversas classes. Estas, ao menos, foram (e ainda são?) as formas correntes de se usar o termo conscientização.

A conscientização gera participação no espaço público, utilizando-o para a discussão em torno de negócios/interesses comuns. Assim, o caráter coletivo e organizacional é fundamental para se criar cidadania e cidadãos. Em tais espaços se experimenta a liberdade na coexistência e pluralidade. Interessante notar que, na época da ditadura militar, por exemplo, foram os espaços religiosos (particularmente as CEB's católicas) que, reunindo pessoas, forjou, através dos instrumentais bíblicos e da hermenêutica da Teologia da Libertação, conscientização e cidadãos que coletivamente puderam reinventar espaços de dignidade e liberdade sociais. É um exemplo histórico de como a comunidade de fé foi e é um meio de exercer cidadania e formar cidadãos.

---

<sup>6</sup> No contexto deste assunto, é importante que se dê atenção especial a esta palavra. Uma boa definição dela nos dá o **Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse**, ao afirmar, na página 39: “Estado da pessoa que, tendo sido educada em condições sociais determinadas, submete-se cegamente aos valores e instituições dadas, perdendo assim a consciência de seus verdadeiros problemas”. É o que acontece com a pessoa tutelada, acrescentando que não só perde a consciência de seus “verdadeiros” problemas, assim como também não tem consciência de sua capacidade e força de fazer-se sujeito de sua própria história.

## Conclusão

A tarefa da cidadania emancipada é a supressão da pobreza política e material. Ora, uma só acontece com a outra, isto é, para se eliminar a pobreza material é preciso superação da ignorância e passividade política. A eliminação da pobreza política (e material) leva, em seu bojo, a construção de identidade cultural (o sujeito sem tal identidade não percebe seu lugar no mundo) e a possibilidade de acesso à informação e comunicação.

A emancipação cidadã deve passar, também, pelas relações de mercado. Ou seja, oferecer alternativas à lógica de mercado vigente, no intuito de civilizá-lo ou humanizá-lo. Enfim, fazê-lo, de alguma forma, aliado para a promoção da efetivação do bem-estar comum. Isto implica, também, pensar o papel do Estado, isto é, repensar a questão do Estado como mínimo (em sua atuação social) ou máximo. Haveria uma terceira via para esses dois modelos capitalistas de Estado?

Cidadania é algo que se cultiva, que cresce e se forma. Portanto, não se “vira” cidadão da “noite para o dia”, em protestos ou reuniões esporádicas. A cidadania se constrói cotidianamente, na constância da participação em eventos. Assim, a cidadania não é um elemento natural da pessoa, mas cultural, potencial e gestacional. Ou seja, cidadania é conquista, não concessão.

É através da prática da cidadania que se criam espaços públicos adequados para as representações plurais de interesses mediante interlocução e negociação. Assim, direito passa a ser, mais que garantias constitucionais, uma prática, um exercício democrático na discussão e elucidação dos conflitos.

### Abstract

This article aims to discuss critically the relation between political dependence and citizenship in Brazil, providing questionings and data referring to Brazilian religious culture and politics. The discussion of citizenship and dependence in Brazil, in the figures of the nation's 'founding myths', searches for an exegesis of the atrophy of the Brazilian people's citizenship. Such founding myths may be said to have an anthropological character 'of imaginary solution to tensions, conflicts and contradictions' (CASTRO, 2003, p. 57). It is the solution of problems and conflicts that refers back to symbols of the past (as origin), made present under new guise for the solution of problems. Four basic myths that influence the relation citizenship-dependence in Brazil are presented: the vision of paradise; providence; messianic-millenarian history; and God's grace. Counterpointing religious patterns that hinder citizenship emancipation, clues are provided to an active and independent, or co-dependent, exercise of citizenship.

**Key words:** Citizenship; Dependence; Emancipation; Culture; Religiosity.

## Referências

- ALIENAÇÃO. In: KOOGAN, Abrahão. **Dicionário enciclopédico Koogan Larousse**. Rio de Janeiro: Larousse, 1982. p. 39.
- AZZI, Riolando. Formação histórica do catolicismo brasileiro. In: SANTOS, B. Benidos. **A religião do povo**. São Paulo: Paulinas, 1978.
- CASTRO, Clovis Pinto. **Por uma fé cidadã: A dimensão pública da igreja: fundamentos para uma pastoral da cidadania**. São Paulo: Loyola, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. As raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- DA MATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- DOBROUKA, Vicente. **Antônio Conselheiro: o beato endiabrado de Canudos**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1997.
- HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro: 1550 – 1800**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1993.
- LOYN, H. R. Joaquim de Fiori. In: LOYN, H. R (Org.). **Dicionário da Idade Média**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- MOURA, Esmeralda B. B. Imigrantes italianos em São Paulo na passagem para o século XX. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **Revisão do paraíso: 500 anos e continuamos os mesmos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.